

INSTITUTO	
	
<b>Documentação</b>	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	JESL
Data	28/3/2000 Pg 13
Class.	47

## O novo Código Florestal

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) votará, amanhã, proposta, elaborada por sua câmara técnica, de mudança do Código Florestal brasileiro. O único ponto sobre o qual os técnicos não conseguiram consenso foi o do percentual de reserva ambiental em cada propriedade rural. Posta em votação a questão, os técnicos decidiram que devem ser mantidos os percentuais fixados pela Medida Provisória n.º 1.885 (que já foi reeditada 44 vezes), ou seja, 80% na área da Floresta Amazônica, 50% na área do cerrado e 20% nas demais regiões.

Esta, aparentemente, foi uma derrota dos representantes dos proprietários rurais na câmara técnica do Conama. Eles pleiteavam 50% de reserva ambiental obrigatória nas propriedades da Amazônia,

20% no resto do País e isenção da exigência para todas as propriedades com até 25 hectares. A câmara técnica tentou equilibrar as propostas de ambientalistas e proprietários rurais. Manteve o texto da MP, mas abriu exceções: na Amazônia, a área de preservação poderá ser reduzida de 80% para 50%, quando for atestada a "vocação agrícola" da terra. Como compensa o aos ambientalistas foi sugerido que, quando a voca o da propriedade for exclusivamente florestal, o percentual de reserva poderá ser ampliado, em qualquer região do País.

O problema   que o conceito de "voca o agrícola" não   claro, nem definitivo. As pesquisas agropecuárias sempre estão desenvolvendo novos usos para terras que eram tidas como inapro-

veit veis. A política ambiental do País não pode se orientar por um conceito que a tecnologia altera a todo momento. A câmara técnica do Conama pode ter encontrado uma forma engenhosa de superar os conflitos internos, mas não para proteger o meio ambiente.

Em fevereiro, os ambientalistas temiam que manobras parlamentares, durante a conversão da MP 1.885 em lei, alterassem demais o Código Florestal. A matéria foi enviada ao Conama para que as pondera es técnicas fossem devidamente discutidas. A sugestão de se estabelecer a chamada "servidão florestal", mecanismo que permite a um proprietário oferecer parte de suas

**Conceito que a tecnologia sempre altera não pode definir política ambiental**

terras como reserva legal a outro proprietário, a preço negociado, parece ser um avanço. Representantes do governo, de entidades ambientais

e dos proprietários rurais, reunidos no Conama, reconheceram que não adiantaria tentar obrigar o proprietário a manter reserva legal, mesmo com a aplica o de grandes multas, sem que existisse um mecanismo de estímulo   preserva o da  rea.

A posi o final sobre o percentual de cada propriedade que deve ser preservado caberá aos conselheiros do Conama, e não  o câmara técnica. Depois disso, o projeto do novo código será enviado pelo Ministério do Meio Ambiente ao Congresso, para discussão e aprova o. Apesar da recomenda o do Conama não ter caráter definitivo, terá grande influência na decisão sobre quanto das florestas brasileiras deve ser preservado, em nome das gera es futuras.